



Ministério quer R\$ 80 bi para a agricultura familiar

Plano Safra, a ser lançado no dia 25, deve direcionar R\$ 20 bi ao RS



FREEPIK/DIVULGAÇÃO/JC

Federação dos Trabalhadores da Agricultura do RS defende verba para custeio, financiamento, seguro e assistência

Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

O ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, disse ontem que está pleiteando R\$ 80 bilhões para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025 junto à equipe econômica do governo federal. Se confirmado, o valor seria 12% maior que o disponibilizado no exercício anterior.

A cifra foi passada aos integrantes do núcleo agrário da Câmara dos Deputados em reunião convocada pelo ministério para apresentar as pretensões do governo em relação ao programa. O plano deve ser lançado no dia 25, no Palácio do Planalto, e balizar os financiamentos e investimentos no campo na safra que começa oficialmente em 1º de julho.

Entre as propostas está a criação de uma nova linha de financiamento para os pequenos agricultores com renda até R\$ 100 mil para a compra de máquinas. A ideia dialoga com demanda feita pelo próprio ministro Teixeira ao Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul (Simers), ainda em fevereiro, em Porto Alegre.

Na ocasião, o ministro reforçou a necessidade do desenvolvimento de produtos voltados a esse segmento do campo e com preços acessíveis. Teixeira quer impulsionar a mecanização das lavouras, principalmente no Norte e Nordeste. Para isso, o ministério busca a redução

das taxas de juros e incentivos aos pequenos agricultores.

Presidente da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar, o deputado federal gaúcho Heitor Schuch (PSB), que participou do encontro desta quarta, comentou que os ajustes ao plano estão em andamento. E que devem contemplar a redução dos juros e a criação de um fundo garantidor para os financiamentos, entre outros pontos.

Em uma primeira avaliação, o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetagr-RS), Carlos Joel da Silva, considerou os R\$ 80 bilhões satisfatório, mas que a eficácia do aporte depende da operacionalização.

“O montante, em si parece razoável, parece bom. Agora nós temos que ver no que ele é distribuído. É isso que a gente precisa dar um olhada, para ver se ele vem distribuído dentro daquilo que a gente precisa”.

O dirigente pontuou que não adianta ter um grande volume de dinheiro se estiver direcionado a aspectos que não vai olhar para o produtor.

“Para nós, do Rio Grande do Sul, ele (dinheiro) tem que vir, nesse momento, para custeio, mas ele tem que vir bastante para o investimento, vai ter que ter recurso para o seguro agrícola, para o Proagro e vai ter que ter recurso para a assistência técnica”.

Tradicionalmente, 70% dos valores do Plano Safra da Agricultura Familiar vão para o Rio Grande do

Sul, Santa Catarina e Paraná. E, no ano-safra anterior, foram cerca de R\$ 20 bilhões para o Estado, lembra o diretor de Política Agrícola da entidade, Eugênio Zanetti.

Ele considerou um avanço o reconhecimento da equipe econômica e do Banco Central ao fato de que seria inviável aos agricultores arcarem com uma alíquota de 18% na contratação do Proagro Mais, obrigatório para financiamentos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

“Isso representaria que, na largada de um empréstimo para plantação de soja, por exemplo, o agricultor estaria partindo de 24% de taxas, com os juros do custeio a 6% ao ano. Não tem como. Agora estamos ajustando para que o teto do Proagro fique abaixo de 12%”, disse o dirigente, após sair de uma reunião no Ministério do Planejamento e Orçamento e antes de ingressar em outra, no Ministério da Agricultura e Pecuária.

Outra boa notícia é diferenciação das tarifas do seguro conforme a cultura e o potencial de risco climático por região. Zanetti tem convicção de que a peregrinação pelos gabinetes de Brasília resultou na sensibilização dos agentes envolvidos na definição do Plano Safra.

“Diferente do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, operado por seguradoras do setor privado, que visam lucro, o Proagro é uma política pública da qual o agricultor e o Brasil não podem prescindir”, concluiu.

Clair Kuhn assumirá a Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul

O ex-deputado estadual Clair Kuhn (MDB) será o novo secretário da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do Estado. Kuhn ocupará o posto exercido interinamente por Márcio Madalena, que seguirá como secretário-adjunto da pasta. O anúncio foi feito pelo governador Eduardo Leite ao lado do vice-governador Gabriel Souza, no Palácio Piratini.

“Darei sequência ao trabalho que vinha sendo desempenhado pelo ex-secretário Giovanni Feltes. Neste momento, teremos um foco especial no apoio aos produtores rurais para a recuperação econômica e produtiva após as enchentes. Há uma série de medidas em anda-

mento e que podem ser aprofundadas para auxiliar o setor”, disse o novo secretário.

“Vamos trabalhar nessa direção e também daremos muita atenção à realização da edição deste ano da Expointer.”

Kuhn é natural de Ibirubá e filho de produtores rurais. Possui MBA em Gestão Pública, já foi prefeito, vice-prefeito e vereador em Quinze de Novembro, presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater).

Também integrou a equipe do Ministério da Cidadania e, recentemente, ocupava a função de diretor-geral adjunto na Secretaria da Agricultura do Estado.

Setor arrozeiro ganha prazo para mostrar alternativas a importações

Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

Representantes da Câmara Setorial do Arroz e da Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz) classificaram como “produtiva” a reunião ocorrida ontem com os ministros do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, da Agricultura e da Pecuária, Carlos Fávaro, e o presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Edegar Pretto. Do encontro, o setor ganhou entre uma semana e 10 dias para construir e apresentar alternativas à importação do cereal, que segue na intenção do governo.

“Abrimos um diálogo importante e vamos procurar aproveitar para colaborar com medidas que atendam à

ideia do governo federal sem prejudicar a cadeia. Precisamos conversar com indústrias e cooperativas e ver possibilidades”, disse o presidente da Federarroz, Alexandre Velho.

Enquanto isso, está em fase de finalização a revisão das normas para elaboração de novo edital para a compra de arroz pela Conab. A companhia está autorizada a comprar até 1 milhão de toneladas do produto, de forma emergencial, sob o argumento da necessidade de minimizar perdas com a tragédia climática no Rio Grande do Sul, que produz 70% do cereal.

Durante a reunião, o setor arrozeiro firmou posição contrária à medida. “O governo tem um olhar de mercado, no qual busca um equilíbrio de preços. Temos alguns dias para trabalhar no assunto”, completou o dirigente.



ANTONIO NETO/CONAB/JC

Reunião em Brasília abriu caminho para busca de solução consensual